



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
SESSÃO CONJUNTA

ANO LXVI - Nº 020 - TERÇA-FEIRA, 06 DE DEZEMBRO DE 2011 - BRASÍLIA-DF

COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Presidente

Senador José Sarney (PMDB-AP)

1ª Vice-Presidente

Deputada Rose de Freitas (PMDB-ES)

2º Vice-Presidente

Senador Wilson Santiago (PMDB-PB)

1º Secretário

Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)

2º Secretário

Senador João Ribeiro (PR-TO)

3º Secretário

Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)

4º Secretário

Senador Ciro Nogueira (PP-PI)

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 18ª SESSÃO CONJUNTA (SO- LENE), EM 5 DE DEZEMBRO DE 2011

1.1 – ABERTURA

1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO

Destinada a homenagear o povo palestino pela passagem do Dia Internacional de Solidariedade o Povo Palestino. 03140

1.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro

1.2.2 – Oradores

Senador Inácio Arruda..... 03140

Senadora Marinor Brito..... 03143

Sr. Salah M. M. El-Qataa (Ministro Conselheiro da Embaixada do Estado da Palestina, represen-

tando o Embaixador da Palestina, Exmo. Sr. Ibrahim Mohamed Alzeben) 03144

1.3 – ENCERRAMENTO

CONGRESSO NACIONAL

2 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

3 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

4 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

5 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 18ª Sessão Conjunta (Solene) em 5 de dezembro de 2011

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência do Sr. Inácio Arruda e da Sra. Marinor Brito.

(Inicia-se a sessão às 12 horas e 20 minutos e encerra-se às 13 horas e 18 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. PCdoB-CE)

- Declaro aberta a sessão solene do Congresso Nacional destinada a homenagear o povo palestino pela passagem do Dia Internacional de Solidariedade ao Povo Palestino.

Convido para compor a nossa Mesa o Sr. Salah El-Qataa, representando o Embaixador da Palestina, o Exmo. Sr. Ibrahim Mohamed Alzeben (*palmas*); convido para acompanhá-lo o Sr. Embaixador de Cabo Verde, Exmo. Sr. Daniel Pereira (*palmas*); o Embaixador da Liga dos Estados Árabes, Exmo. Sr. Bachar Yaghi – com o auxílio do nosso representante palestino (*palmas*); o Embaixador do Egito, Exmo. Sr. Ahmed Hassan Darwish (*palmas*); a Embaixadora da Nicarágua, Exma. Srª Sara Maria Torrez Ruiz.

Convido, para nos acompanhar na Mesa dos trabalhos, a nossa Senadora Marinor Brito. (*Palmas.*)

Convido todos para, de pé, cantarmos o Hino Nacional brasileiro.

(É executado o Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. PCdoB-CE)

- Convido a nossa colega Marinor Brito para assumir a Presidência, enquanto eu faço o meu pronunciamento. (*Pausa.*)

O Sr. Inácio Arruda deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Marinor Brito.

A SRA. PRESIDENTA (Marinor Brito. PSOL-PA) - Assumo, com muita honra, a Presidência desta solenidade.

Passo a palavra ao Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE. Sem revisão do orador.) - Srª Presidenta dos trabalhos desta sessão solene, Senadora Marinor Brito, que atuou junto com os Senadores da nossa Casa e com os Srs. Deputados para que pudéssemos garantir a realização desta sessão solene, que considero muito importante, especialmente no momento que estamos vivendo.

Fala-se muito da primavera árabe, mas há, sem sombra de dúvidas, uma espécie de inverno europeu,

e isso tem sentido na luta que os povos travam. E nós não poderíamos deixar de realizar esta sessão em homenagem a um povo tão destacado no cenário internacional pela sua luta e fibra para enfrentar tantas dificuldades.

Quero cumprimentar o Ministro Conselheiro da Embaixada do Estado Palestino, Salah El-Qatta, que representa o Sr. Ibrahim Mohamed Alzeben, que não pôde comparecer a esta solenidade; o Sr. Daniel Pereira, Embaixador de Cabo Verde; o Sr. Bachar Yaghi; o Embaixador do Egito, Sr. Ahmed Hassan; a Embaixadora da Nicarágua, Srª Sara María Tórrez Ruiz; cumprimentar e destacar a presença entre nós do Embaixador do Estado do Kuwait, Exmo. Sr. Yousef Abdulsamad; da República do Sudão, o Exmo. Sr. Embaixador Abd Elghani; entre nós, o Embaixador da Argélia, Exmo. Sr. Djamel Bennaoum; o Encarregado de Negócios da Embaixada do Reino Arábia Saudita, Sr. Ibrahim Aleisa; e o Ministro Conselheiro da Embaixada da República do Benin, Sr. Raphael Mensah.

Senhoras e senhores, recebo-os todos com muita satisfação e alegria nesta data em que realizamos sessão comemorativa em solidariedade ao povo palestino. Esta data tem um claro significado político e diplomático, que a cada dia se expande na comunidade internacional e que se assenta no reconhecimento do direito à autodeterminação e à soberania dos povos. Mas esse gesto, transcendendo a esfera política e diplomática, reveste-se de um forte caráter humanitário, pois nos evoca o sofrimento de um povo que sonha com uma vida digna na sua própria terra, onde todos possam trabalhar e construir o futuro com suas famílias, usufruindo de todos os seus direitos inalienáveis.

Hoje celebramos a data de 29 de Novembro, instituída em 1977 pela Assembleia Geral das Nações Unidas como o Dia Internacional de Solidariedade ao Povo Palestino. Os Estados de São Paulo, Mato Grosso, Ceará, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Bahia, além das cidades de Fortaleza, Florianópolis, Porto Alegre, Campinas, São Borja, Santa Maria, Quaraí, Aceguá, Pelotas e Marília instituíram, por meio de lei, o Dia de Solidariedade.

A celebração nos remete a 29 de novembro de 1947, quando a Assembleia Geral das Nações Unidas, sob a presidência de um brasileiro, o ex-Chanceler Oswaldo Aranha, adotou a Resolução nº 181, que propôs a partilha do território palestino para a criação de um Estado judeu e de um Estado árabe. É desnecessário dizer que somente o Estado de Israel se tornou uma realidade.

O povo palestino, decorridas seis décadas de aprovação da Resolução nº 181, soma 8 milhões de pessoas dispersas em campos de refugiados nos países vizinhos ou em áreas de ocupação militar israelense, na Faixa de Gaza e na Cisjordânia. Nesse período, centenas de milhares de palestinos foram desalojados de suas casas, centenas de vilas foram destruídas no território palestino e muitos foram assassinados.

A data que estamos comemorando hoje foi instituída exatamente para elevar a conscientização e cobrar o empenho da comunidade internacional, para garantir um lar para os palestinos – comunidade internacional que parece, muitas vezes, tão ciosa em defender os direitos humanos em determinadas regiões do mundo, quando uma grande potência, uma potência hegemônica impõe ali também a sua força. Então, por que não é garantido, até hoje, esse direito ao povo palestino? Quantas lutas, quantas caminhadas pelo mundo! Em nosso País, quantas cidades, quantos Estados se dedicam a discutir a causa palestina?

Mais do que isso, a data tem o sentido também de garantir aos palestinos condições de vida sem humilhação, sem segregação, sem violação dos seus direitos humanos.

As dificuldades de negociação entre israelenses e palestinos, e sua total interrupção, sem quaisquer perspectivas a curto prazo, têm levado a Autoridade Palestina a assumir uma ofensiva diplomática, buscando novos aliados. Essa ofensiva se explica por atitudes como a continuidade dos assentamentos na Cisjordânia, ou ainda o impasse entre os negociadores, uma vez que a Autoridade Palestina reivindica o reconhecimento do seu território com base nas fronteiras anteriores à Guerra dos Seis Dias, ocorrida em 1967, enquanto Israel não se dispõe a aceitar qualquer precondição.

É importante ressaltar, minhas senhoras e meus senhores, que a presente homenagem ao povo palestino, por parte deste Parlamento, coincide com o posicionamento da nossa diplomacia; coincide, também, com o sentimento do povo brasileiro, que anseia pelo fim das disputas entre judeus e palestinos e por uma solução pacífica que devolva a esses últimos o direito de ocupar seu legítimo território.

O Brasil e a América Latina têm desempenhado um papel importante nessa ofensiva diplomática dos

palestinos. O Brasil reconhece, desde 1975, a Organização pela Libertação da Palestina – OLP como legítima representante do povo palestino. Em 1993, o Brasil autorizou a abertura de Delegação Especial Palestina, com *status* diplomático semelhante ao das representações das organizações internacionais. Em 1998, o tratamento concedido à Delegação foi equiparado ao concedido a uma embaixada. A abertura de missões diplomáticas em Ramalá, sede da Autoridade Nacional Palestina, é outro indicador significativo da aproximação brasileira com os palestinos.

O Chile foi o primeiro na instalação da missão diplomática, em 2002, seguido pelo Brasil, em 2004. Já no ano seguinte, a Declaração de Brasília, aprovada firmemente pelo Governo brasileiro, endossou as reivindicações do povo palestino de exercer a sua soberania no território delimitado pela ONU, ou seja, anteriormente às fronteiras demarcadas por Israel em 1967.

Outro passo importante nessa aproximação foi o reconhecimento, pelo Governo brasileiro, há 1 ano, do Estado Palestino com base nas fronteiras anteriores a 1967. O Presidente Palestino, Mahmoud Abbas, veio ao Brasil, em visita oficial, em maio de 2005 e novembro de 2009. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva esteve nos territórios palestinos ocupados em março de 2010.

Desde 2006, o Brasil tem participado de conferências internacionais em prol da resolução do conflito no Oriente Médio. Em 2007 e 2009, o Brasil fez doações de cerca de 20 milhões de dólares à Autoridade Nacional Palestina, aplicados em projetos de segurança alimentar, saúde, educação e desenvolvimento rural.

Nosso País tem contribuído ainda para projetos em benefício do povo palestino coordenados por fundos de agências internacionais, como o PNUD, o Banco Mundial e a Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados Palestinos. Juntas, essas contribuições se aproximam de 2 milhões de dólares. Por meio do Fundo IBAS, mantido com Índia e África do Sul, o Brasil realizou doações de 3 milhões de dólares, investidos na construção de um centro poliesportivo em Ramalá e na recuperação de hospital em Gaza.

Há iniciativas de cooperação técnica com a Autoridade Nacional Palestina nas áreas de saúde, infraestrutura, agricultura, educação e esporte e eleições.

Na abertura do Debate Geral da 66ª Assembleia Geral das Nações Unidas, no dia 21 de setembro de 2011, a Presidenta Dilma afirmou: *“O Brasil é pátria de adoção de muitos imigrantes das mais variadas nacionalidades. Convivemos irmanados com árabes e judeus. Os brasileiros se solidarizam com a busca de um ideal que não pertence a nenhuma cultura, porque é universal: a liberdade”*. Mas lamentou não poder saudar da tribuna da Assembleia Geral das Nações

Unidas o ingresso pleno da Palestina na Organização das Nações Unidas.

O povo brasileiro considera que o apoio dos países extrarregionais à solução dos dois Estados é fundamental para legitimar a via negociadora como único meio para se chegar ao fim da ocupação. Tal apoio ocorre tanto por meio de respaldo político a uma solução pacífica e justa, que resulte numa paz duradoura, quanto por meio de iniciativas conducentes à construção e ao fortalecimento de instituições estatais palestinas.

Após a decisão do Brasil de reconhecer o Estado palestino, nove outros Estados da América do Sul se irmanaram no mesmo sentido, fazendo a mesma declaração e garantindo o mesmo apoio.

Mais de cem países reconhecem o Estado palestino. Entre esses, todos os árabes, a grande maioria dos africanos, asiáticos e do Leste Europeu. Países que mantêm relações fluidas com Israel, como Rússia, China, África do Sul e Índia, reconhecem o Estado palestino. Todos os parceiros do Fórum Índia-Brasil-África do Sul e do Agrupamento Brasil-Rússia-China-África do Sul já reconheceram a Palestina. Instituições como o Banco Mundial e o FMI têm destacado, por exemplo, a capacidade e a aptidão da Autoridade Nacional Palestina para “lidar com um possível Estado independente da Cisjordânia na Faixa de Gaza”.

Em seu discurso de posse, o Ministro do Esporte do nosso País, Aldo Rebelo, lembrou que a Federação Internacional de Futebol reconhece a Palestina. Enquanto potências discutem se apoiam a Palestina como filiada, a FIFA a reconhece e a acolhe como membro. A Palestina já disputa a Copa do Mundo, já participa das suas eliminatórias. Por isso, Sr^a Presidente, a FIFA que já tem mais de 208 países como membros, também dá o seu indicativo para as Nações Unidas. Não é possível que a FIFA reconheça a Palestina, e as Nações Unidas ainda não tenham garantido esse direito inalienável do povo palestino!

Outro apoio importante recebido pela Autoridade Nacional Palestina, bem recente, foi o reconhecimento do Estado Palestino pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura como Estado-membro da entidade. Além disso, países como Rússia, China, África do Sul, entre outros, já se manifestaram a favor da admissão da Palestina como Estado-membro da ONU.

Sr^a Presidente, essas iniciativas de Estados, de organismos internacionais, de instituições de peso no cenário internacional demonstram a afeição dos povos pela causa palestina.

A aprovação da Resolução nº 181, naquele longínquo 1947, sinalizava para um período de paz, de progresso e de fraternidade entre os homens. Sinali-

zava para convivência pacífica entre árabes e judeus. Afinal, estavam saindo de uma guerra terrível, que fora a Segunda Guerra Mundial, e todos clamavam pela paz, pela unidade, pelo progresso, pelo desenvolvimento.

Com respeito recíproco e evidente, aquela sinalização mostrava o caminho e o reconhecimento dos Estados em suas plenitudes, com soberania e independência. Entretanto, somente o Estado de Israel se tornou realidade.

A efetivação do Estado Palestino independente, com capital em Jerusalém, e o retorno dos refugiados são questões cruciais à construção de paz verdadeira no Oriente Médio, que precisa ser justa e respeitada para ser duradoura.

O drama dos palestinos, que comove o mundo, requer mais do que mera solidariedade. O Dia Internacional de Solidariedade ao Povo Palestino, na verdade, deve ser encarado como poderoso instrumento de ampliação da conscientização e de mobilização da comunidade internacional.

Não podemos aceitar, no século XXI, enquanto se propaga a primavera árabe, que se pratique uma espécie de faxina étnica na Cisjordânia, na Faixa de Gaza, nos territórios ocupados, sem que o clamor da comunidade internacional seja efetivamente escutado.

O Congresso Nacional, ao se reunir em sessão solene para prestar esse reconhecimento ao povo palestino, o faz também consciente de que a voz dos nossos Parlamentares, dos nossos convidados alcança milhões de brasileiros que acompanham as Casas Legislativas brasileiras, que sabem da importância da criação do Estado Palestino.

É preciso que a comunidade internacional unida – se não toda, na sua unanimidade, mas grande parte – mostre que nós precisamos resolver essa pendência em respeito ao povo palestino e, ao mesmo tempo, indique ao mundo que a causa palestina não pode ser usada como instrumento de conflito no Oriente Médio. Ao contrário, a sua solução vai mostrar, de forma cabal, que as questões do Oriente Médio talvez sejam até maiores e precisem de esforço ainda mais significativo da comunidade internacional.

Por isso, nós fizemos questão de realizar esta sessão solene e cumprir a missão aqui no Congresso brasileiro de nos irmanarmos com o povo palestino, mobilizado para buscar o seu reconhecimento, usando um organismo internacional criado pelas nações que têm responsabilidade e sabem o significado dessa decisão.

A nossa sessão, neste dia, tem o sentido de reforçar a posição da Autoridade Nacional Palestina no anseio do seu povo, na busca pelo seu reconhecimento na instância máxima das Nações Unidas. Não é uma luta fácil; é uma luta dura.

Aquele campo, o campo da ONU, exige também mobilização internacional, e a nossa contribuição nós estamos buscando oferecer a partir do Congresso Nacional e da decisão da autoridade máxima brasileira, do nosso Governo.

A nossa sessão de hoje busca este caminho: ser um instrumento poderoso de conscientização e de mobilização da comunidade internacional para que os palestinos possam, a exemplo dos demais povos, ter direito à soberania, à autonomia política, à convivência pacífica com os seus vizinhos, à construção de um futuro radiante como legado para o seu povo, para as gerações futuras e para a humanidade.

Esse é o nosso desejo. O nosso desejo se irmana com o desejo do povo palestino. Vamos dar um viva. Viva a causa palestina! Viva a autodeterminação dos povos!

Um abraço, companheiros palestinos. Contem com o Congresso Nacional brasileiro! *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Marinor Brito. PSOL-PA)

- Eu devolvo a coordenação da sessão ao Senador Inácio Arruda.

A Sra. Marinor Brito deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Inácio Arruda.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. PCdoB-CE)

- Convido para usar a palavra nossa brava Senadora, no sentido mais amplo, Marinor Brito, representante do PSOL e do Estado do Pará nesta Casa.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL-PA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu quero, carinhosamente, dar bom dia a todas e a todos, cumprimentar o Senador Inácio Arruda e também agradecer-lhe o empenho. S.Exª, assim como eu, é signatário desta singela homenagem que o Congresso Nacional presta ao povo palestino.

Mesmo sabendo das dificuldades políticas de organizar uma atividade quando o Congresso Nacional está voltado para o debate de temas muito polêmicos, que envolvem o Código Florestal, a Desvinculação de Receitas da União, emendas que tratam do Sistema Único de Saúde, entre outros, mesmo nesse difícil contexto, a realização deste evento foi possível. Estou aqui com muita alegria e quero compartilhá-la com os senhores.

Nesse sentido, quero fazer uma saudação, em nome do Partido Socialismo e Liberdade, ao nosso querido Ministro-Conselheiro da Embaixada do Estado da Palestina, Sr. Salah El-Qatta, que representa o Embaixador da Palestina, o Exmo. Sr. Ibrahim Mohamed Alzeben, que tive a honra de receber em meu gabinete há algumas semanas, e às demais autoridades presentes, representando outros países do mun-

do que se irmanam, tenho certeza, neste momento, à causa palestina.

Cheguei nesta madrugada, vindo do III Congresso Nacional do Partido Socialismo e Liberdade, realizado no Estado de São Paulo, que foi antecedido por um seminário internacional que reuniu 32 países do mundo para discutir a crise internacional, para discutir a reação dos povos ao capitalismo e buscar saídas, neste mundo globalizado, entre os povos que reagem às ameaças permanentes e às mazelas do capitalismo, e encontrar saídas para a classe trabalhadora, para o povo trabalhador brasileiro.

E me honra muito poder anunciar que o PSOL afirmou, no seu seminário internacional realizado em parceria com a Fundação Lauro Campos, que a luta pela libertação da Palestina é uma das grandes causas da humanidade. O PSOL afirma isso e se empenha, com várias deliberações em relação à forma de exercício da solidariedade, para que esse debate se espraie pelo mundo.

Nós achamos que não basta, depois do pedido da Organização para Libertação da Palestina, o que a ONU solicitou, em sua Assembleia Geral em setembro, o reconhecimento do Estado Palestino como membro da Organização, tendo como referência as fronteiras anteriores à Guerra dos Seis Dias, de 1967. Não basta a ONU ter reconhecido o Estado Palestino como membro. Esse reconhecimento nominal não é suficiente. A conquista de um Estado Palestino, livre, democrático, soberano dificilmente será vencida apenas pelas relações diplomáticas.

A própria ONU tem se limitado a coordenar formalmente alguns crimes cometidos por Israel, sem contudo adotar qualquer sanção ou medida, visando proteger o povo palestino das sucessivas agressões israelenses. Achamos ser um papel mais afirmativo sobre a necessidade do Estado Palestino. Achamos que a Presidenta Dilma Rousseff teria e pode ter um papel preponderante na discussão deste tema.

O que a OLP está gerando com este debate é um fato político absolutamente importante, com impacto internacional. O sinal disso é que a declaração de Israel de que poderia reabrir as negociações, rediscutir a proposta do Estado Palestino com base nas fronteiras anteriores a 1967, foi colocada recentemente.

Contudo, se isso é válido como expediente tático, visando isolar politicamente Israel, considerá-lo principal foco da luta pela liberação da Palestina seria um erro grave na nossa opinião. No entanto, nós estamos no Parlamento brasileiro. Estamos diante de um Governo que tem se pautado, nos últimos anos, pela opção política do exercício das relações diplomáticas.

Mas é preciso dizer também que o Governo brasileiro não pode se manter sem ajudar na revogação dos vários acordos militares feitos com Israel. É inadmissível que o Governo brasileiro, do nosso País, continue comprando armas usadas para massacrar o povo palestino, permita que empresas militares israelenses se estabeleçam livremente no território nacional. Não podemos admitir também a manutenção do acordo do livre comércio entre o MERCOSUL e Israel.

O Governo brasileiro precisa tomar medidas no sentido de favorecer, de forma eficaz, essa intenção pública de apoiar o povo palestino.

Quero dizer aos nossos visitantes, presentes a esta homenagem do Congresso Nacional, como disse o Senador Inácio Arruda, que nós temos uma tradição no exercício da solidariedade internacional para com o povo palestino.

Eu sou do Pará, da Amazônia brasileira. Nós já tivemos um momento na luta política de nosso País, quando inclusive tivemos que criar – e conseguimos criar –, à revelia dos interesses dos Governos da época, mais voltados para as ditaduras, um centro específico de apoio e solidariedade ao povo palestino, em Belém do Pará. E é com muita honra e com muita energia que continuamos exercendo essa solidariedade.

Embora um partido pequeno, com apenas duas representações nesta Casa, o Senador Randolfe Rodrigues, do Amapá, que ainda não conseguiu chegar em função das dificuldades de transporte existentes no País, e eu, à luz das mobilizações políticas possíveis, numa Casa amplamente ocupada e vinculada aos interesses do apoio do Governo brasileiro, temos tentado furar algumas lacunas para afirmar a necessidade de o Governo tomar atitudes mais ofensivas, no sentido da firmeza necessária para o exercício real, concreto, possível, não apenas nos marcos diplomáticos, mas nas relações que precisam ser estabelecidas com outros países do mundo para que a causa palestina deixe de ser uma causa e possamos viver e ter a alegria, junto com o povo palestino, de viver um processo de libertação daquele povo.

O Estado Palestino livre, democrático e soberano se faz necessário. Mulheres e homens palestinos terão a nossa solidariedade. O sonho e o sofrimento do povo palestino é o sonho e o sofrimento do nosso partido. E é com muita alegria que participo deste momento solene, simbólico, apenas simbólico, do nosso desejo de ver essa realidade se transformar.

Um grande abraço do fundo do coração. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. PCdoB-CE)

- Muito bem, Senadora Marinor, que expressou todo o seu sentimento de apoio à causa palestina.

Quero também registrar a presença entre nós do Exmo. Sr. Jamal Nasser, Embaixador do Estado do Catar, e da Srª Embaixadora da República da Eslovênia, Exma. Srª Milena Smit. Muito agradecemos a sua presença.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. PCdoB-CE)

- Quero convidar para fazer uso da palavra, em nome do povo palestino, o Sr. Salah El-Qatta.

O SR. SALAH EL-QATTA - Sr. Presidente Inácio Arruda, Srª Senadora Marinor Brito, é verdade que V.Exªs. não me deixaram muito para falar. Já falaram amplamente sobre a causa palestina em todas as suas ramificações soberanas, os direitos humanos, os refugiados, os direitos naturais do povo palestino, em conformidade com o Direito Internacional. Muito obrigado. Eu gostei muito de ouvi-los. Mesmo não me deixando espaço para falar, gostei de ouvir as palavras do Senador Inácio e da Senadora Marinor. Muito obrigado por tudo o que disseram.

Tudo aquilo que disseram, Sr. Presidente, Srª Senadora Marinor, se enquadra em dois termos. Israel fala de paz, só que com mentalidade de guerra; Israel depende do direito da força, e não da força do direito. O direito da força não tem argumentos. A Primavera Árabe mostrou que ninguém é vitalício; apesar de todo o poder em suas mãos, não é duradouro.

Daí nós falamos – e o Sr. Senador e a Srª Senadora disseram isso – que o argumento do Direito Internacional representa a força do direito, e não o direito da força. Nós nos baseamos nisso. E todos os nossos amigos nos apoiam e nos ajudam nesse âmbito e nesses termos. Esse apoio recebemos dos nossos queridos amigos aqui no Brasil e em todo o mundo.

Aqui também estão o Sr. Embaixador da Liga Árabe, o Sr. Bachar, nosso querido Embaixador, que nos representa como árabes – quando falamos, ele fica um pouco embaraçado, mas estamos sendo ajudados – ; o Sr. Embaixador do Egito, nosso querido amigo e vizinho e apoiante também da causa palestina; a Srª Embaixadora da Nicarágua; e o Sr. Embaixador de Cabo Verde. Muito obrigado a todos pela presença aqui, em solidariedade ao povo palestino.

Aqui saúdo todos os Embaixadores, os Embaixadores árabes, através do nosso Vice-Decano do Conselho dos Embaixadores Árabes, o Embaixador Jamal, Embaixador do Catar. Saúdo ainda os demais Embaixadores, o corpo diplomático aqui presente e todos os convidados e participantes desta sessão solene de apoio à causa palestina.

Sr. Presidente, do pouco que me falta para falar, do que me deixaram margem para falar, eu gostaria de manifestar os nossos agradecimentos, nossa gratidão e apreço a esta Casa por esta iniciativa conjun-

ta de homenagem ao povo palestino, por ocasião do Dia da Solidariedade Internacional ao Povo Palestino, ansioso pela liberdade.

O dia 29 de novembro, conforme falou o Sr. Presidente, foi decretado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, no ano de 1977, através da sua Resolução nº 32/40-B. Essa resolução reconhece o direito do povo palestino ao seu território e o estabelecimento do seu Estado independente, conforme a Resolução nº 181, da partilha da Palestina em dois Estados.

Dado que Israel já é reconhecido como membro das Nações Unidas, através desta resolução, é natural reconhecer a outra parte da resolução, que é o Estado da Palestina, como membro permanente das Nações Unidas. Durante as duas décadas de negociações, a Autoridade Nacional Palestina implementou todos os seus compromissos vindos das negociações, mas infelizmente a outra parte, que é Israel, não chegou a implementar ou cumprir nenhuma cláusula dos acordos assinados por ambas as partes.

As negociações não são o objetivo, são o meio, pois o objetivo palestino nas negociações é estabelecer seu Estado independente ao lado do Estado de Israel, conforme a legitimidade internacional, na base das fronteiras de 1967, referida em todos os acordos assinados com Israel, em especial as Resoluções nºs 242 e 338, que são a base principal de todas as negociações e de todos os acordos estabelecidos entre palestinos e israelenses.

Nós queremos e achamos imprescindível chegar a uma paz justa e duradoura, via negociações, porém precisamos saber as bases dessas negociações e o objetivo delas e, conforme mencionado no Direito Internacional, a inadmissibilidade de ocupar territórios de outros pela força. Não vimos nenhuma legitimidade nas práticas israelenses de construção de assentamentos israelenses, onde os colonos, diariamente, atacam as aldeias vizinhas dos palestinos, destruindo os seus bens, os seus cultivos, destruindo e demolindo as suas casas e matando a nossa gente naquelas aldeias. Também não podemos, de maneira alguma, concordar com a construção do muro de separação racista, construído sob o solo da Palestina.

Tais práticas foram condenadas por toda a comunidade internacional e pelo Tribunal de Haia, que consideraram esses atos ilegais perante o Direito Internacional.

Nós somos gratos ao Brasil e apreciamos bastante a sua posição no Fórum Internacional, que está ao lado do direito palestino a um Estado soberano e independente, dentro das fronteiras de 1967, com Jerusalém Oriental sua capital.

Estamos gratos pela posição do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a quem desejamos rápidas melhoras, como gratos à Presidenta Dilma Rousseff pela posição tomada na Assembleia Geral das Nações Unidas. S.Ex^{as}. sempre ficaram do lado dos povos injustiçados. Nosso povo reconhece e aprecia a solidariedade de todo o povo amigo do Brasil.

Desta tribuna agradecemos, mais uma vez, o empenho do Poder Legislativo em homenagear o nosso povo neste dia. Aproveitamos para nos dirigir a toda a comunidade que nos apoia na nossa luta pacífica contra a ocupação, contra a construção dos assentamentos e contra a construção do muro da separação racista. Insistimos, através do Direito Internacional, na libertação de todos os prisioneiros palestinos dos cárceres israelenses; queremos mostrar nossa posição legítima de um direito natural de sermos membros permanentes em todas as instituições das Nações Unidas e na Assembleia Geral das Nações Unidas, conforme aconteceu na UNESCO, com apoio dos nossos amigos que querem implementar a justiça – entre os quais estava presente, como sempre, o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente, por esta oportunidade e por estarem sempre ao nosso lado justificando nosso povo sofredor. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. PCdoB-CE)

- Registro entre nós a presença do Exmo. Sr. Embaixador da República do Iraque, Baker Fattah Hussen.

Gostaria de cumprimentar, uma vez mais, nosso companheiro e lutador, condição em que todos estão na Palestina, Salah El-Qatta, e de dizer que, em nome do Congresso Nacional e da Presidência deste Congresso brasileiro, todos os nossos Líderes do Senado brasileiro acolheram a realização deste ato, porque consideraram inadmissível a permanência do atual *status* e que precisamos avançar.

Tivemos o apoio dos partidos de Esquerda, do Centro e de Direita. Todos apoiaram porque todos consideram injustificável a atual situação do Estado Palestino, onde há uma euforia midiática com a queda de um muro e um silêncio sepulcral com a construção de outro, que separa povos, impede o livre trânsito e dificulta a constituição de um mundo de paz.

É exatamente nesse sentido que nós queremos uma vez mais cumprimentá-lo. Conte com o apoio do Brasil.

Eu lembro quando o Presidente Lula realizou aqui no Brasil uma cúpula árabe, reunindo todos os países árabes, independentemente de quem estava no Governo, porque o sentido era histórico, era de integração do mundo árabe, inclusive o povo palestino, com o Brasil e a América do Sul. Um Brasil que, por força da expansão dos territórios de potência do período do Oriente Médio, se transformou então numa ação nova,

que foi ocupada, recebendo povos do mundo inteiro. Aqui interagem todos. Aqui todo mundo realiza uma espécie de sincretismo religioso. Aqui nós vamos para uma mesquita, para uma sinagoga, para um templo cristão, para um terreiro de candomblé sem grandes dificuldades. Abraçamo-nos, jogamos uma partida de futebol. Há uma arenga danada dentro do campo, mas depois nos solidarizamos.

Darcy Ribeiro, professor, pesquisador, estudioso, sociólogo, filósofo, historiador do nosso povo, resumiu dizendo que existe um povo novo chamado povo brasileiro – solidário, acolhedor e também lutador. Acho que essa é uma marca importante. Nós dizemos: estamos ao lado dos palestinos na sua luta, para que consigamos botar abaixo mais um muro. Acho que é muito importante que liquidemos esse tipo de separação imposta, no sentido de cercar uma nação inteira.

Em nome do nosso Congresso Nacional, Sr. Salah, receba a nossa solidariedade, o nosso apoio, de todos do Congresso Nacional. E esse apoio também tem o sentido de que nós podemos fazer mais, mas o nosso “mais” tem que ser entrelaçado com os senhores. Nós temos que andar mais ou menos combinados, numa ação que permita garantir de fato o direito que os senhores têm de direito, mas que ainda não conquistaram de fato.

O SR. JOSÉ BEZERRA DE MELO FILHO - Sr. Presidente, o senhor me permite que eu declame dois poemas deste livro? É possível?

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. PCdoB-CE) - Declame.

O SR. JOSÉ BEZERRA DE MELO FILHO - São dois poemas do poeta Hélio Soares Pereira.

O primeiro poema se chama *O Político e o Feijão*.

“O político e o feijão, só se limitam no chão. Se jogarem os dois na água, com certeza quem boiar não é o feijão, não”.

O segundo poema se chama *Os Ratos*.

“Os ratos estão famintos demais. Já não vivem nos porões. Já não vivem nos grotões. Não são mais uma antítese, pois não temem mais os gatos. No planalto, deitam e rolam, todos comem num só prato!”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. PCdoB-CE)

- Esta é uma Casa democrática, em que se aceitam os poemas, as provocações e os insultos de toda ordem em nome da causa palestina. A causa palestina é muito maior, muito mais larga, muito mais decente. É uma causa de todo um povo, independentemente das dificuldades laterais que possam ocorrer.

Nós reafirmamos esse nosso apoio, que é um apoio de natureza política, para não cairmos na onda que os setores mais conservadores e extremados sempre põem na frente, com o sentido de desviar da política, ou desviar dos políticos, dos partidos, querer subordiná-los, impedi-los de agir. Ao contrário, nós temos que ter sempre os partidos, as opiniões, porque os partidos significam as opiniões particulares no sentido de como conduzir uma causa, um país inteiro ou uma região do mundo inteiro.

Então, nós temos que reforçar esse sentido. Nós precisamos ter os partidos com uma posição de aliados da causa palestina. O que nós conseguimos no Congresso Nacional, ao realizar esta sessão, foi o apoio de todos para que conquistemos o mais breve possível o Estado Palestino de fato. Esta é uma causa de todos nós.

Parabéns e um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. PCdoB-CE)

- Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 18 minutos.)

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Senador José Sarney (PMDB/AP)

Chanceler: Deputado Marco Maia (PT/RS)

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Marco Maia (PT/RS)	<u>PRESIDENTE</u> José Sarney (PMDB/AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Rose de Freitas (PMDB/ES)	<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Marta Suplicy (PT/SP)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Eduardo da Fonte (PP/PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Waldemir Moka (PMDB/MS) ¹
<u>1º SECRETÁRIO</u> Eduardo Gomes (PSDB/TO)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Cícero Lucena (PSDB/PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	<u>2º SECRETÁRIO</u> João Ribeiro (PR/TO)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Inocência Oliveira (PR/PE)	<u>3º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB/PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Júlio Delgado (PSB/MG)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP/PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Paulo Teixeira (PT/SP)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> João Paulo Cunha (PT/SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Eunício Oliveira (PMDB/CE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 16.11.2011)

1- O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão do Senado Federal de 16.11.2011.

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=768&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

Número de membros: 13 titulares e respectivos suplentes

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Lei nº 8.389/91, artigo 4º	Titulares	Suplentes
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/cn>

E-mail: sclcn@senado.gov.br

Informações: (61) 3303-4050

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO¹

37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)

Presidente: Senador Roberto Requião⁶
Vice-Presidente: Deputado Antônio Carlos Mendes Thame⁶
Vice-Presidente: Senadora Ana Amélia⁶

Instalação: 31.08.2011

Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Newton Lima
Emiliano José	Sibá Machado
Jilmar Tatto	Weliton Prado
Paulo Pimenta	Zé Geraldo
PMDB	
Íris de Araújo	Fátima Pelaes
Marçal Filho	Gastão Vieira
Moacir Micheletto	Lelo Coimbra
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Eduardo Azeredo	Duarte Nogueira ³
Antonio Carlos Mendes Thame ²	Luiz Nishimori ³
Sergio Guerra	Reinaldo Azambuja ³
PP	
Dilceu Sperafico	Afonso Hamm
Renato Molling	Raul Lima
DEM	
Júlio Campos	Marcos Montes ⁴
Mandetta	Augusto Coutinho ⁵
PR	
Paulo Freire	Giacobo
	Henrique Oliveira
PSB	
José Stédile	Antonio Balhmann
Ribamar Alves	Audifax
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire (PPS)	Antônio Roberto (PV)
PTB	
Sérgio Moraes	Paes Landim
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
PCdoB	
Manuela D'ávila	Assis Melo
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PMN	
Dr. Carlos Alberto	Fábio Faria
PTdoB	
Luis Tibé ⁸	

Senadores

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PMN / PSC / PV)	
Pedro Simon (PMDB)	Casildo Maldaner (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	Waldemir Moka (PMDB)
Vago ⁷	Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Paulo Paim (PT)	Eduardo Suplicy (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	Humberto Costa (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	Cristovam Buarque (PDT)
	Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	
	José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	Fernando Collor

(Atualizada em 08.11.2011)

1- Designados pelo Ato nº 28, de 2011, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, lido na sessão do Senado Federal de 15 de julho de 2011.

2- Designado para ocupar a vaga de titular do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011, em virtude da renúncia do Dep. Reinaldo Azambuja, conf. OF. nº 697/2011/PSDB, de 10-8-2011.

3- Designados para ocuparem as vagas de suplente do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

4- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 285-L-DEM/11, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

5- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 295-L-DEM/11, de 16-8-2011, lido na sessão do Senado Federal dessa mesma data.

6- Eleitos na Reunião Ordinária do dia 13/09/2011.

7- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.

8- Vaga cedida pelo PR.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Secretário: Antônio Ferreira Costa Filho

Telefones: (61) 3216-6871 / 3216-6878

Fax: (61) 3216-6880

E-mail: cpmc@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados – Anexo II – Sala T/28

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO) ¹
Vice-Presidente: Senador Fernando Collor (PTB/AL)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Paulo Teixeira (PT/SP) ²	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL) ³
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 07.06.2011)

Notas:

1- Assumiu a presidência na 1ª Reunião de 2011, realizada em 3-5-2011, em substituição ao Senador Fernando Collor, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião de 2001 da CCAI, realizada em 15-8-2011.

2- Conforme Of. nº 216/2011/SGM da Câmara dos Deputados, o Líder do PT, Deputado Paulo Teixeira, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.

3- Indicado o Líder da Maioria, conforme expediente subscrito pelos líderes Renan Calheiros, Eduardo Amorim, Francisco Dornelles e Paulo Davim.

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 11 (onze) Senadores e 11 (onze) Deputados e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

- Leitura: 13-7-2011
- Designação da Comissão:
- Instalação da Comissão:
- Prazo final da Comissão:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
	1.
	2.
PTB	
	1.
PSOL ¹	
	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes



PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054	GESTÃO - 00001
--------------------	-----------------------

EMISSION DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054	GESTÃO - 00001	COD. - 70815-1
--------------------	-----------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União - GRU**, que poderá ser retirada no **SITE: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>** código de recolhimento apropriado e o número de referência: **20815-9 e 00002** e o código da Unidade favorecida – **UG/gestão: 020054/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMISSION DE GRU SIAFI**.

OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053**
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49

Edição de hoje: 20 páginas
(OS: 16560/2011)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

